



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Letras - IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Projeto de Curso

SINTAXE DOS DATIVOS: ARGUMENTAÇÃO E ADJUNÇÃO

Diego da Silva Hilarino – 10/0098533

Brasília, 2013

Diego da Silva Hilarino

SINTAXE DOS DATIVOS: ARGUMENTAÇÃO E ADJUNÇÃO

Projeto de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como um dos pré-
requisitos para conclusão do curso Letras
Português Licenciatura Noturno.

ORIENTADORA

Professora Dra. Heloísa Maria Moreira
Lima Salles

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus
pais e irmão,
companheirosleais de todas
as horas.

“Do mesmo modo que o ferro enferruja com a ociosidade e a água parada perde sua pureza; assim a inércia esgota o vigor da mente.” (Leonardo da Vinci)

AGRADECIMENTOS

Pela primeira vez, e única neste trabalho, conseguirei ecoar minha voz sem a necessidade de ela ser legitimada por outra pessoa. Por isso, deixar-me-ei fazer valer a proeminência de meus sentimentos e, por eles, transparecer a espontaneidade de minha gratidão.

Quando se chega a este momento, a sensação de alívio misturada à de dever cumprido proporciona imediatamente uma reflexão do quanto somos impotentes, se não contarmos com todas as pessoas que nos cercam.

A vida acadêmica exauree minasforças; entretanto, o prazer que a aquisição do conhecimento proporciona restabelece, majoritariamente, todas as energias. Com isso, nesta caminhada, faz-se necessário que se dedique um voto de sincera gratidão a todos que estiveram comigo.

Primeiramente, mesmo não sabendo agradecê-lo pelas bênçãos e, até mesmo, pelos imprevistos, dedico a Deus não apenas este parágrafo de meu trabalho, mas toda minha vida. Por ele, por mim também, tenho sempre a necessidade de me lapidar, vislumbrando ser uma pessoa melhor.

Em seguida, não consigo imaginar outras pessoas que mereçam tanto meus agradecimentos quanto meus pais e irmão. Eles, sem nenhuma dúvida fortuita, conseguem ser concomitantemente meu ponto de harmonia e de desequilíbrio. Por isso, dedico-lhes, hoje e sempre, todas minhas conquistas. Amo-os por demasiado!

Por conseguinte, não posso deixar de dedicar, neste pequeno espaço, o qual não terá a capacidade de abarcar minha gratidão, a meus amigos-irmãos queridos, e familiares; que me deixam ser quem sou sem julgamentos e retaliações. Para eles, o meu carinho e consideração, além de um amor genuíno inexplicável.

Por fim, dedico aos mestres que me ajudaram, nesta graduação, a construir partedo meu senso crítico, do meu conhecimento acadêmico e da

minha interpretação de mundo. Dentre eles, sobretudo, minha mestre Heloisa Salles. Agradeço-lhe por me orientar, com a calma de quem consegue extrair o máximo de alguém sem fragilizá-lo nesse processo. Hoje consigo entender mais claramente o poder que um intelectual pode ter em minha vida.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho focaliza o estudo do caso dativo no português brasileiro em estruturas monotransitivas e bitransitivas. Essa iniciativa se deu a partir da observação da demasiada frequência com que se encontram os dativos nas obras de Machado de Assis – em específico, para este estudo, sua obra célebre Dom Casmurro. O presente trabalho refere-se ao estudo do dativo no português moderno e de suas subcategorias que acarretam uma pluralidade de funções sintáticas e semânticas em meio aos ambientes linguísticos em que aparecem os pronomes *lhe/lhes* e sua correlação átona com sintagma preposicional. Trata-se de uma pesquisa descritiva da classe dos dativos, todavia, aparecerão, também, questionamentos teóricos que provavelmente auxiliarão na distinção de algumas funções sintáticas e semânticas, tais como complementação e adjunção.

PALAVRAS-CHAVE: Dativos, pronomes *lhe/lhes*, adjunção e complementação.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
1.1. Objetivos gerais.....	11
1.1.1. Objetivos específicos teóricos.....	11
1.1.2. Objetivos específicos analíticos.....	11
1.1.3. Objetivos específicos reflexivos.....	12
2. Estudo do dativo.....	12
2.1. O pronome oblíquo átono lhe/lhes e os pronomes oblíquos tônicos – sintagma preposicionado.....	13
2.1.1. Sintagma preposicional: preposições gramaticais.....	14
2.2. Transitividade verbal.....	15
2.3. Dativo: breve respaldo de sua origem do latim.....	17
2.3.1. Categorias e subcategorias de dativos.....	19
3. Dativos em sentenças monotransitivas e bitransitivas.....	22
3.1. Diversos dativos: análise das estruturas.....	23
4. Reflexões: dativos do português brasileiro.....	29
Considerações finais.....	30
Bibliografia.....	32

1.INTRODUÇÃO

Considerando os tratamentos que a gramática tradicional dá a suas análises, prioritariamente, sintáticas; observa-se que os fatos gramaticais vêm, em regra, exemplificados por escritores considerados legítimos no uso da língua portuguesa. Por esse motivo, um estudo, ainda que superficial, das peculiaridades semânticas e sintáticas de um texto de Machado de Assis - a saber: sua obra célebre, Dom Casmurro¹ - é bastante promissor. Nestas considerações, a proposta é apresentar algumas notas relativas ao uso do pronome oblíquo átono *lhe/lhes*, como em (1), mais especificadamente de sua condição de dativo, relacionando-o à sua correlação com os pronomes oblíquos tônicos, os quais são inseridos por meio de um sintagma preposicional, como em (1 a).

1. Capitu, apesar daqueles olhos que o Diabo lhe deu.

1 a. Capitu, apesar daqueles olhos que o Diabo deu a/para ela.

As pesquisas e o arcabouço deste trabalho não permitem o aprofundamento que a matéria merece. No entanto, com basenuma postura teórica mínima, todavianecessária parao tratamento do assunto, demonstrarei como tem sido observadas estruturas cuja inserção do dativo tem trazido grandes contribuições para o estudo da sintaxe do português brasileiro. Por conta disso, ocupar-me-ei de conceitos que circundam as análises dos dativos, registrando o fato de os conceitos das gramáticas tradicionais de transitividade, objeto indireto (OI) e funções oblíquas (FO), dentre outras categorias sintáticas e semânticas, poderem gerar imprecisão, vagueza e contradições nas análises.

¹¹ “Texto cotejado com a edição crítica do Instituto Nacional do Livro, estabelecido pela Comissão Machado de Assis” (Luís Augusto Fischer. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2010).

Assim, de acordo com a versatilidade do caso dativo no português brasileiro moderno, com base nos dados selecionados em Machado de Assis, mostrarei os processos semânticos e sintáticos por que essa categoria se pluralizou e ganhou outras funções, a não ser àquela referida do latim – OI².

Ademais, com respeito à categoria de OI a maioria dos compêndios a considera como sendo o complemento preposicionado. Nesse sentido, gramáticos, dentre os quais LIMA (1972); CUNHA & CINTRA (2008) e BECHARA (2009), registram a designação de OI ao complemento introduzido pela preposição *a*, concorrendo com a preposição *para*, o qual exerce o papel de beneficiário/maleficiário³ ou o de destinatário/alvo⁴ da predicação [verbo + objeto direto + objeto indireto]; [verbo + objeto indireto], podendo ser comutado por *lhe/lhes*, quando referido à terceira pessoa, isto é, relacionando-o com o traço [+ANIMACIDADE] (MATEUS, 2003).

Ainda relacionado a isso, CASTILHO (2012: p. 304) verifica que “a construção em que figuram (o pronome dativo *lhe/lhes*) não é conversível à voz passiva”; além de enfatizar o uso das preposições, supracitadas pelos gramáticos acima - a *saber a* e *para* - introduzindo o OI.

Sob esse viés, o complemento indireto na predicação será tratado sob a forma de dativo. Com isso, dentre as formas que ele pode ter, serão abordados os papéis temáticos que pode exercer em cada sentença. Por isso, na abordagem, há várias categorias de dativo, os quais serão vislumbrados de acordo com sua relação com o verbo e com o significado exercido na estrutura oracional.

Nessa perspectiva, sob a ótica do BECHARA (2009), serão abordadas, além do dativo de transferência, que é a classificação tradicional do OI, as categorias de dativo elucidadas abaixo:

² De acordo com os compêndios da Gramática Latina e os livros didáticos do Latim, o caso Dativo transposto para o português brasileiro fixou-se como a função gramatical de Objeto Indireto.

³ “(...) Beneficiário [maleficiário] ou Destinatário são designações também propostas para Alvo.” (MATEUS, p. 188. 2003).

⁴ “(...) a entidade para a qual algo foi transferido (...)” (MATEUS, P.190. 2003)

“Os objetos indiretos, vistos nesta seção, são argumentos sintático-semânticos extensivos da função predicativa do conteúdo comunicado nas respectivas orações. Todavia, remanescentes de construções, algumas das quais da sintaxe latina, aparecem sob forma de objeto indireto, nominal ou pronominal, alguns termos que não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado: são os chamados *dativos livres* representados pelos seguintes tipos: *dativo de interesse*; *ético*; *de posse* e *de opinião*”. (BECHARA, 2009, p. 424).

Essa questão merece aprofundamento que não cabe aqui, pois será teorizada no capítulo a seguir e retomada no capítulo de análise de dados.

1.1. Objetivos gerais:

Para alcançar o objetivo deste trabalho, é necessário delimitar o foco para que as pesquisas não ultrapassem o limiar das arestas. Com isso, pretenderei no capítulo teórico:

1.1.1. Objetivos específicos teóricos:

1. Mostrar o paradigma do pronome *lhe/lhes*;
2. Descrever os sintagmas preposicionais;
3. Avaliar a transitividade verbal, a predicação, e os papéis temáticos selecionados pelo verbo, relacionando-os ao caso dativo.
4. Conceituar e descrever as categorias do caso dativo no português moderno.

1.1.2. Objetivos específicos analíticos:

Após, no capítulo analítico, sem nenhuma consideração a priori, descreverei as sentenças com base nas teorias discutidas anteriormente:

5. Observar os usos do pronome *lhe/lhes* nas estruturas monotransitivas e bitransitivas, dando-lhe tratamento categorial, isto é, a qual tipologia de dativo ele pertence, e relacioná-lo ao(s) papel(is) temático(s) que exerce. A partir das análises, confrontar as noções de adjunção e complementação dessas sentenças com o dativo.

1.1.3. Objetivos específicos reflexivos:

6. Verificar, com base na teoria gerativa, a condição do caso dativo no funcionamento da língua portuguesa.

Por fim, apresentarei as considerações finais. Nelas, será retomada uma breve digressão sobre as funções do dativo na etapa atual do português - depois de respaldada sua versatilidade no português moderno - tratando de questionar os processos de adjunção e complementação.

2. Estudo do dativo

Neste capítulo, abordarei toda a teoria que subjaz as análises, os resultados e as discussões deste trabalho. Apresentarei, por conseguinte, o paradigma do pronome *lhe/lhes* e os sintagmas preposicionados com pronome oblíquo tônico; as características principais do dativo do latim ao português, e de como esse grupo é estudado nas gramáticas e na linguística; e, por fim, o processo de predicação na seleção dos papéis temáticos, que a categoria pode exercer.

Para tanto, devo ressaltar que a iniciativa de se fazer um trabalho deste porte deixará algumas lacunas a serem preenchidas por trabalhos posteriores, sobretudo, no que tange os aspectos relativos à transitividade verbal e aos conceitos de argumentação e adjunção. No entanto, darei algumas ilustrações de como essa categoria está sendo trabalhada no português moderno.

2.1. O pronome oblíquo átono *lhe/lhes* e o pronome oblíquo tônico : sintagma preposicionado

Os pronomes pessoais podem se distinguir em de caso reto⁵, que são empregados como sujeito e predicativo do sujeito, e de caso oblíquo átono⁶ e tônico⁷, que exercem demasiadas funções nas estruturas oracionais, dentre elas a de OD e OI.

O primeiro, neste caso, referenciando a forma de objeto indireto, vem por meio do pronome *lhe/lhes*:

2. Mamãe é boa demais; dá lhe atenção demais.

Diferentemente dos pronomes átonos, os pronomes oblíquos tônicos vem sob a forma de um sintagma preposicional.

2.a. Mamãe é boa demais; dá a ele atenção demais.

Com base no tratado acima, verifica-se em MATEUS (2003: pg. 290) que “pode substituir-se o constituinte com a relação gramatical de objeto indireto pela forma dativa do pronome pessoal”, isto é, e vez de usar um sintagma nominal, como em (3) e (3b), usa-se a forma dativa, como em (3a).

⁵ “Nós vamos em busca de luz” (Agostinho Neto, S, 55.) CUNHA E CINTRA (2008); “Meu Deus!, quando serei tu?” (J. Régio, ED, 157.) CUNHA E CINTRA (2008). O primeiro caso trata-se de um pronome de caso reto com função de sujeito; o segundo com função de predicativo do sujeito.

⁶ São as formas pronominais que substituem os objetos direto e indireto numa escala anafórica. Como exemplos, “são formas próprias do Objeto Direto *o, a, os, as (...)*. São formas próprias do Objeto Indireto *me, te, nos e vos*”. (CUNHA & CINTRA. P. 314 e 315. 2008)

⁷“(…) as formas tônicas dos pronomes pessoais vêm acompanhadas de preposição. Como pronomes, são sempre termos da oração e, de acordo com a preposição que as acompanhe, podem desempenhar funções de: complemento nominal (...), objeto indireto (...), objeto direto (...), agente da passiva (...), adjunto adverbial (...).” (CUNHA & CINTRA. P. 310 e 311. 2008)

3. Escreveram cartas aos patrões.

3.a. Escreveram-lhes cartas.

3.b. Escreveram cartas a eles.

Com o intuito de enfatizar o sintagma preposicionado, faz-se necessário um estudo sobre as preposições do português, ainda que de forma branda. Nele, serão abordadas as preposições mais gramaticais e mais lexicais.

2.1.1. Sintagma preposicionado: preposições gramaticais

Ainda sobre os constituintes que integram a classe dos dativos, haja vista em sua forma pronominal, faz-se necessário que explane as propriedades da classe das preposições que veiculam a introdução do dativo em sentenças com o pronome oblíquo tônico.

Sobre isso, CASTILHO (2010) atribui às preposições: “a função sintática de ligação de palavras e de sentenças; e a função semântica de atribuição ao seu escopo de um sentido geral de localização no espaço” (CASTILHO, 2010, p. 583).

Nesse viés, o gramático divide as preposições em simples e complexas⁸ – para este estudo focalizarei as simples. Para tanto, teve que delimitar dentro da categoria das preposições as que são funcionais/gramaticais⁹. Nesse sentido, CASTILHO (2010) observa que as preposições funcionais/gramaticais/simples “são aquelas que podem mais facilmente ser amalgamadas a outros elementos

⁸ “(...) são definidas como um advérbio ou um substantivo antecedido opcionalmente por certas preposições e seguidos obrigatoriamente pelas preposições *de* (dentro de; perto de ...) ou *a* (a cerca de; a par de...)” (CASTILHO, 2010, p.588).

⁹ “são classes que possuem significação interna, pois deriva de relações e categorias levadas em conta pela língua”. (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 91).

linguísticos” (CASTILHO, 2010, p. 587), por exemplo, estruturas preposicionais como: ao, em (4); dele, em (5); nele, em (6), corroboram com a argumentação do gramático.

4. João deu o livro ao Pedro.

5. Maria riu dele.

6. A calça estava curta nele.

A partir dessa análise outros, gramáticos também argumentam sobre os valores das preposições e de suas contribuições no processo sintático-semântico de argumentação e adjunção.

Nesse sentido, CUNHA & CINTRA (2008) trata das preposições atribuindo-lhes valores de acordo com o ambiente linguístico em que são inseridas.

Nesse aspecto, a preposição *a* insere-se como movimento – “direção a um limite” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 576) -e situação– “coincidência, concomitância” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 577)- (no espaço, no tempo, na noção). Corroborando com essa investigação das preposições, a preposição *a* pode ser “locativa [Vou a Lisboa]”; introdutora de um sintagma nominal meta beneficiário [Dei um livro à Maria]; introdutora de tempo [A dezoito de julho nasceu a menina]” (MATEUS. p. 395 e 396. 2003).

A preposição *de* designa movimento “afastamento de um ponto, de um limite, procedência, origem, noções de causa, posse (...)” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 582). Nesse mesmo aspecto, a preposição *de* pode ser “temporal [O rapaz saiu de tarde]; introdutora de tema, objeto [Gosto de cinema; a oferta do livro; a destruição da cidade]” (MATEUS, p. 396. 2003).

A preposição *em* introduz movimento “superação de um limite de interioridade; alcance de uma situação dentre de” (CUNHA & CINTRA, 2008, p.

584) e de situação “posição no interior de, dentro dos limites de, em contato com, em cima de” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 584).

A partir disso, a consideração que se tem sobre a preposição *para* é:

“ tende para um limite, finalidade, direção, perspectiva. Distingue-se de *a* por comportar um traço significativo que implica maior destaque do ponto de partida com predominância da ideia de direção sobre o término do movimento” (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 587).

A partir de então, quando menciona os ambientes linguísticos em que os sintagmas preposicionais, acima descritos, são licenciados, uma série de fatores, para tanto, devem ser abordados, dentre os quais, o processo de transitividade verbal. Por conseguinte, esse processo sintático-semântico será descrito, brevemente, na seção a seguir.

2.2. Transitividade verbal

A classe dos verbos são por excelência predicadores, isto é, eles têm a capacidade de selecionar seus argumentos, pois flexionam-se de acordo com seu argumento externo e satura suas posições sintagmáticas com seus argumentos internos e com seus adjuntos.

Por conta dessa capacidade de selecionar seus argumentos e adjuntos, os verbos adquirem impreterivelmente um espaço proveniente nas análises dos dativos.

Nesse sentido, “O sintagma verbal é constituído por um núcleo verbal e por complementos selecionados e tematicamente pelo verbo” (MATEUS, p. 403. 2003). Com isso, a estrutura do sintagma verbal relaciona-se diretamente com a quantidade de argumentos que ele seleciona. Assim, “A presença e a natureza categorial e temática dos argumentos internos relaciona-se com o tipo de relação de regência e dependência lexical estabelecida (...)” (MATEUS, 409. 2003).

Com base nisso, os complementos do verbo podem ser sintagmas nominais, preposicionados, adverbiais e oracionais, além de poderem ter o espaço nulo destinado aos argumentos internos.

Observa-se, então:

1. João deu um livro ao Pedro. (MATEUS, p. 296. 2003)

[Sujeito + Verbo + Objeto Direto + Objeto Indireto]

2. Ele partilhou o almoço com o amigo. (MATEUS, p. 297. 2003)

[Sujeito + Verbo + Objeto Direto + Função Oblíqua]

3. O Pedro achou esse livro desinteressante. (MATEUS, p. 298. 2003)

[Sujeito + Verbo + Objeto Direto + Predicativo do Objeto]

4. Eles presenciaram uma cena de perseguição. (MATEUS, p. 298. 2003)

[Sujeito + Verbo + Objeto Direto]

5. A exposição agradou aos críticos. (MATEUS, p. 299. 2003)

[Sujeito + Verbo + Objeto Indireto]

6. O helicóptero chocou com a torre de controle. (MATEUS, p. 299. 2003)

[Sujeito + Verbo + Função Oblíqua]

7. O bebê espirrou. (MATEUS, p. 300. 2003)

[Sujeito + Verbo intransitivo inergativo]

8. A vítima do acidente desmaiou. (MATEUS, p. 300. 2003)

[Sujeito + Verbo intransitivo inacusativo]

9. Choveu. (MATEUS, p. 300. 2003)

[Verbo]

A partir dessas averiguações, na próxima seção, passo para a divagação sobre o comportamento dos dativos no português brasileiro.

2.3. Dativo: breve respaldo de sua origem do latim

Sob a perspectiva de uma análise descritiva, a palavra Caso, em geral, designa a variação morfológica na forma básica de um lexema¹⁰, para indicar sua função sintática na oração. Por meio disso, como são várias as funções sintáticas, as desinências de Caso podem se diferenciar muito.

Nesse sentido, GARCIA(2008, p. 25) classifica os Casos em oito tipos: o nominativo, o genitivo, o dativo, o acusativo, o vocativo, o ablativo, o locativo, o instrumental. No entanto, “os casos locativo e instrumental deixaram de ser usados já em épocas remotas, e suas funções foram absorvidas, na maioria das vezes, pelo ablativo, embora o locativo possa ser representado de outras formas (...)” GARCIA (2008, p. 26).

¹⁰É a parte de uma palavra que constitui a unidade mínima com significado lexical, isto é, morfema lexical. Segundo Cunha & Cintra (2008: 91) “os morfemas lexicais são também chamados lexemas ou semantemas”. Essa visão é consoante à estrutura aberta e extralingüística das categorias.

Ademais, para cumprir com a finalidade deste texto, restrinjo os conceitos e explanações apenas ao caso dativo. Dessa maneira, GARCIA (2008, p. 25) conceitua dativo como:

“É o caso que indica a pessoa, ser ou coisa beneficiada ou prejudicada pela ação verbal – corresponde no português ao objeto indireto e no latim é o complemento de interesse; portanto, se especifica a ação verbal, é um complemento de valor adverbial”.

Diante desse conceito, temos verificado que muitos dos empregos do pronome *lhe/lhes* foram considerados como casos de objeto indireto. Veremos, pois, que essa relação direta entre as categorias citadas pode se tornar aberta, sobretudo, errônea, ao passo que tal correspondência restringiria a versatilidade do dativo no português moderno, e as funções que ele abarca. Por assim dizer, no próximo item meditaremos sobre a relação entre o objeto indireto e o caso dativo, definindo essa categoria e discriminando suas variedades.

2.3.1. Categorias e subcategorias de dativos

Como observado em todo texto, vários gramáticos definiram a função sintática de OI relacionando-a ao caso dativo. Não obstante, a essa relação etimológica, advogaremos sobre o fato de não se poder vincular o rótulo OI a todas as ocorrências do pronome *lhe*, pois seu comportamento sintático e contextual é variado e escapa ao abrigo dessa rotulação. Dessa maneira, neste capítulo, refletiremos acerca da relação entre o objeto indireto e o caso dativo.

2.3.1.1. Dativo livre

Em primeira instância o dativo livre tem como características gerais designar [Pessoas] que estão numa relação de interesse, de posse, ético e de opinião. Os dativos livres comportam-se semelhantemente ao objeto indireto, eles “não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado” (Bechara, 2009).

2.3.1.2. Dativo de posse

O dativo de posse designa uma propriedade inerente a uma pessoa ou objeto. Em detrimento disso, o dativo de posse pode ser representado pelo pronome *lhe* que corresponde a estrutura [preposição + Sintagma nominal] de valor possessivo. Além disso, existe uma equivalência entre o pronome *lhe* e o sintagma preposicionado dele (s)/a (s).

1. Cortou-lhe as unhas.

1.a. Cortou as unhas dele/a.

2.3.1.3. Dativo de interesse

O dativo de interesse é provavelmente o que mais se identifica com o tradicional objeto indireto, visto que as noções de beneficiário e

destinatário estão atrelados pela transferência decorrente da transitividade verbal. Com isso, observa-se nas estruturas abaixo:

1. O professor entregou as provas aos alunos.

1.a. O professor entregou-lhes as provas.

2. João deu chocolate ao professor.

2.a. João deu-lhe chocolate.

2.3.1.4. Dativo ético

Esse dativo consiste na entidade interessada na ação verbal e é exterior à frase. O dativo ético é uma variedade do dativo de interesse. Segundo Bechara esse dativo “representa aquele pelo qual o falante tenta captar a benevolência do seu interlocutor na execução de um desejo” (BECHARA, 2009).

2.3.1.5. Dativo de transferência

O dativo de transferência se dá por meio de um verbo bitransitivo, o qual consiste em ter um objeto direto e depois um objeto indireto. Sua estrutura corresponde a essa [Sujeito + Verbo + Objeto direto + Objeto indireto/dativo de posse]. Nesse sentido, o objeto direto surge como a entidade que vai se deslocar até o objeto indireto/dativo de posse. Sob esse esquema, observa-se:

1. Sócrates deixou seu legado à Platão.

2.3.1.6. Dativo de opinião

Os demais tipos de dativo pode assumir a forma de dativo de opinião. Nesse sentido, segundo Bechara “o dativo de opinião exprime a opinião de uma pessoa” (BECHARA, 2009). Como exemplos, são dativos de opinião as expressões sublinhadas nas frases abaixo:

1. Para ele a o mundo é instável.
2. Para nós ele é o melhor cantor.

3. Dativos em sentenças monotransitivas e bitransitivas

Este trabalho focaliza o estudo do dativo em estruturas monotransitivas e bitransitivas. Essa iniciativa se deu a partir da observação da demasiada frequência com que se encontram os dativos nas obras de Machado de Assis – em específico, para este estudo, sua obra célebre Dom Casmurro. Com isso, validou-se a observação de que, nem sempre, as sentenças com os pronomes clíticos *lhe/lhes*, aludindo ao caso dativo, tratavam-se de objetos indiretos (OI's); mas poderiam tratar de outras funções integrantes ou acessórias das orações em análise, ou seja, complementos e adjuntos. Para tanto, um estudo sobre o presente valor que o dativo tem no português brasileiro (PB), diante dos dados selecionados em Machado de Assis, foi necessário com a intenção de se estabelecer uma categorização dos tipos de dativos que cada verbo seleciona, ou não, e qual é seu valor sintático e semântico em detrimento de seu aspecto argumental e de adjunção.

No capítulo anterior deste texto, foram trabalhadas as gramáticas: latina (GARCIA (2008)); tradicionais (LIMA, Rocha. 1972); (PERINI, Mário A. (1989)); (CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. (2008)); (BECHARA, Evanildo. (2009)),

linguísticas (MATEUS, M. H. M. et al. (2003)); (CASTILHO, Ataliba T. de. (2012)) para a verificação da diacronia do dativo do latim ao PB, e como ele é codificado nas sentenças monotransitivas e bitransitivas. Além disso, para respaldar as análises vindouras, teorias linguísticas de papéis temáticos de cunho semântico e sintático (CANÇADO, Márcia. (2008)); (CHIERCHIA, Gennaro. (2008)); (MIOTO, Carlos. Et al. (2013)) foram utilizadas como instrumentos teóricos e metodológicos que subjazem o desenvolvimento deste trabalho.

3.1. Análise das sentenças com o dativo:

Os exemplos a seguir foram selecionados cuidadosamente com a finalidade de proporcionar aos leitores uma visão mais pontual da função proeminente do pronome clítico *lhe/lhes* nas diferentes sentenças, concorrendo com sintagmas preposicionados. Desse modo, as estruturas monotransitivas e bitransitivas estão em ordem de acordo com os aspectos de complementação e adjunção. Nessa perspectiva, Perini (1989) salienta a distinção entre esses dois processos sintático-semânticos¹¹ na estrutura oracional:

“Na concepção da estrutura da oração aqui esboçada falta uma distinção que está presente na análise tradicional, assim como em várias análises mais modernas: a distinção entre “complementos” (“termos integrantes”) e “adjuntos” (“termos acessórios”). A distinção se baseia essencialmente nas possibilidades de subcategorização dos verbos: alguns termos poderiam ser

¹¹ Trata-se de especificar o aspecto sintático pela organização dos constituintes na oração e de suas respectivas funções; e do semântico a partir da seleção categorial que o verbo faz de seus argumentos, saturando, ou não, suas posições argumentais.

“exigidos” ou “recusados” por certos verbos, ao passo que outros nunca o seriam.” (PERINI, Mário. A. p. 136. 1989)

Nesse mesmo sentido, MATEUS (2003) corrobora com essa distinção, quando aborda as relações de predicação¹² dentro das orações. Com efeito, no sentido de averiguar a predicação, a qual é incumbida e licenciada pelo verbo na seleção de seus argumentos internos e externo, ela diferencia argumentos¹³ de adjuntos¹⁴. “Estes últimos são unidades que fazem parte da interpretação situacional, mas não dependem de nenhum item lexical presente na frase, como acontece com expressões de tempo e muitas expressões de localização espacial” (MATEUS.p. 183-184. 2003) e os primeiros são “designados no processo de descrição do significado da palavra prediativa”, isto é, são selecionados pelo verbo para saturar suas posições argumentais (MATEUS. P. 184. 2003).

A partir dessas teorizações a respeito das relações de predicação por que os argumentos são selecionados, neste caso os internos, e de adjunção, vamos aos exemplos, demonstrando as diferenças que serão abordadas frente às estruturas com o pronome *lhe/lhes*, funcionando como tipos diferentes de dativo.

Nos exemplos a seguir, observam-se três estruturas bitransitivas que seguem as seguintes ordens: (7) sentença com pronome clítico *lhe*; e (7.a/7.b) sentenças desenvolvidas com os dativos referenciando o uso da terceira pessoa *ele/ela*, de modo que a primeira vem acompanhada da preposição *a* e a segunda da preposição *para*.

¹² Segundo Mateus (2003) “predicar é, pois, atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Assim, tanto predicamos quando atribuímos a propriedades de ‘ser inteligente’ a um indivíduo de nome ‘João’ (O João é inteligente) como quando dizemos O João escreveu um artigo, caso em que estabelecemos uma relação entre ‘escrever’ e ‘um artigo’ ou entre ‘João’ e ‘um artigo’ através de ‘escrever’ “ (p. 182) .

¹³ De acordo com a Gramática de MATEUS, M. H. M. et al. (2003), argumentos também são designados como variáveis, lugares vazios ou valências.

¹⁴ Ainda em consonância com MATEUS, M. H. M. et al. (2003), adjuntos são também denominados modificadores ou circunstanciais.

7. Dando lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.

7.a. Dando a ela o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.

7.b. Dando para ela o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu.

Observando o uso do verbo *dar*, que produz aspecto de transição, nota-se que o pronome clítico assume a forma de um *dativo de transferência*¹⁵ e o OI é um complemento introduzido pelas preposições *a/para*.

Desse modo, o OI, por se tratar de um *recipiente*, assume os papéis temáticos de *alvo* e *beneficiário* (CANÇADO, 2008). Todas essas nomenclaturas dizem respeito ao fato de *algo* ser beneficiado e, concomitantemente, ser o destino do processo de transferência, de movimento da sentença.

Além disso, por ser uma estrutura com um verbo de transferência, o dativo também toma características de possuidor, pois o objeto direto da estrutura: “o mesmo aspecto e economia daquela outra” torna-se o termo possuído pelo dativo. Desse modo, esse dativo também pode ser tratado como dativo de posse.

O mesmo acontece com outras estruturas que denotam o aspecto de transferência tanto no sentido literal quanto no sentido metafórico. Nesse próximo exemplo (8), o pronome clítico está num contexto de verbo dicendi¹⁶.

¹⁵ São os dativos que funcionam sistematicamente como objetos indiretos validados pelos verbos que, normalmente, possuem duas posições de argumento interno, respectivamente, a primeira de objeto direto e a segunda de objeto indireto.

¹⁶ São verbos declarativos, os quais enunciam algo que será dito num processo discursivo.

Nesses casos, notavelmente existe a interpretação de que algo está sendo (re)produzido de alguém a/para alguém. Assim, a explicação que se faz desses contextos é a de que uma entidade está sendo *alvo* de alguma informação (CHIERCHIA, 2008), assim como nos exemplos em (7). Com isso, da mesma maneira que os exemplos em (7), o dativo de que se trata em (8) é o de transferência, pois exerce a função de um complemento Oi.

8. Capitu repetiu-lhe o que ouvira de mim.

8.a. Capitu repetiu a ele o que ouvira de mim.

8.b Capitu repetiu para ele o que ouvira de mim.

Com base nos dados acima e tendo em vista o constituinte com a relação gramatical de Oi, nota-se que esse complemento, em ambas as sentenças (7) e (8), possui um traço tipicamente [+ ANIMACIDADE] (MATEUS, 2003), fato que estabelece a principal característica do Oi, e o que difere essa categoria dos demais dativos.

Diferentemente do que foi visto na literatura dos pronomes clíticos *lhe/lhes*, os quais possuem traço de animacidade, pronominalizam o Oi e possuem o traço [+ANIMACIDADE]; os exemplos a seguir codificam o dativo marcando o caso acusativo, ou seja, neste caso, o objeto direto. Assim, o clítico *lhe* está num contexto de oração subordinada, na qual os verbos da oração principal e da subordinada são monotransitivos.

Observa-se, então, que no exemplo (9) está presente a subida do clítico dativo; no (9.a) após desenvolver a estrutura retirando o pronome clítico *lhe* e prevalecendo a ordem canônica dos constituintes, ocorre a agramaticalidade, por se tratar de um pronome de caso reto, o qual funciona como anafórico em posição de sujeito; e em (9.b) há a pronominalização do

objeto direto, o qual pode ser substituído “pela forma acusativa do pronome pessoal, se for de natureza nominal, por uma forma tônica neutra do pronome demonstrativo em posição pós-verbal ou pelo clítico demonstrativo invariável – o, se for de natureza frásica” (MATEUS, p. 288, 2003).

9. Vi-lhe fazer um gesto.

9.a. *Eu vi e/le fazer um gesto.

9.b. Eu o vi fazer um gesto.

Nesses casos, o papel temático atribuído pelo verbo ao seu complemento direto é o de *Tema*. Essa atribuição “é o papel temático do argumento que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas” (MATEUS, p. 190, 2003), o que se observa, mesmo por meio de um verbo, cujo argumento externo seja um *experienciador*, por isso seu argumento interno, neste caso objeto direto, torna-se o *Tema* por estar efetivamente numa situação dinâmica.

O dativo, nesse caso, é livre, isto é, comporta-se como um objeto indireto por designar [PESSOAS], ou seja, está presente o traço [+ANIMACIDADE] na descrição desse tipo de dativo. De toda maneira, fica muito amplo categorizá-lo apenas como dativo livre, pois, como vimos no capítulo teórico, essa categoria abarca outras subcategorias que delimitam mais especificamente as características do pronome clítico *lhe/lhes* nas sentenças.

Por conta disso, nas orações (9) a categoria de dativo é interpretada como *paciente* do evento expresso pelo verbo da primeira oração, todavia na segunda oração o dativo funciona como o *agente*, isto é, trata-se de um dativo ambíguo, ou correferencial da oração principal, por se tratar de uma estrutura subordinada.

Em outra perspectiva, o dativo pode aparecer em sua forma possessiva, funcionando sintaticamente como um complemento relativo, sendo uma função oblíqua. Observamos isso em (10).

10. Passei-lhe o braço pela cintura.

10.a. Passei o braço pela cintura dela.

Sobre isso, (LIMA, 2011) diz que o complemento relativo é ligado ao predador por determinadas preposições e que integra o valor de objeto direto. Por conseguinte, o autor distingue o OI do complemento relativo:

“Não representa a pessoa ou a coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação (...)”. (LIMA, p. 311. 2011)

Nesse sentido, a partir dos dados em (10), ao remeter-se ao complemento: “*dela*” em “Passei o braço pela cintura dela” o sentido que está sendo expresso na oração é o de “o ser sobre o qual recai a ação”. (LIMA, 2011).

Com isso, analisando a sentença e o sentido que é introduzido pelo sintagma preposicionado “*dele*”, o papel temático desempenhado por esse sintagma corresponde ao *Tema*, pois, de acordo com essa entidade semântica, o sintagma “designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas” (MATEUS, p. 190. 2003). Desse modo, o complemento relativo não controla a ação vinda de um argumento externo experienciador, isto é, o sujeito da oração.

Ademais, na próxima sentença, o complemento relativo é pleonástico, pois refere-se ao locativo que está adjunto ao sintagma nominal - argumento direto – “flores” . Nessa estrutura, o dativo *lhe*, imerso no sintagma verbal, está se referindo ao adjunto adverbial de lugar ou locativo “ na casa”.

11. Plantei-lhe flores na casa.

11.a. Plantei (nela= “na casa”) flores na casa.

Sendo assim, o papel temático desempenhado pelo sintagma preposicionado “*na casa*” será desempenhado pelo dativo pleonástico no sintagma verbal, pois ele está se referindo cataforicamente ao locativo. Nesse sentido, outro mecanismo de distinção desse locativo com o dativo indireto é a necessidade de existir o traço [+animacidade] no OI.

4. Reflexões sobre os dativos no português brasileiro

Como foi teorizado e analisado ao longo deste trabalho, o dativo no português brasileiro assumiu várias formas dentro das estruturas escolhidas para compor o arcabouço deste texto.

Nota-se isso por meio das digressões feitas a partir das análises, envolvendo tanto a transitividade do verbo quanto sua capacidade de selecionar e saturar seus argumentos. Além disso, ao passo que sujeitamos as análises por um viés também semântico, deixamos claro que o dativo exerce funções que deslocam de uma análise puramente sintática para levá-lo a um segmento de significado mais amplo, as quais se inserem como papéis temáticos.

Em relação a isso, fica mais evidente as relações de adjunção e complementação a que está inclusas as funções dos dativos das estruturas,

pois nem sempre a função sintática está relacionada ao papel temático; um dativo pode exercer outras configurações a não ser a de objeto indireto e; o dativo pode ser tanto um argumento quanto um adjunto, dependendo do seu referencial (anafórico ou catafórico, verbo ou nome) e de seu processo de predicação.

Com isso, a produtividade de dativos, acerca da quantidade que foram encontrados no texto de Machado de Assis, assinala que a transposição de um Caso que veio do Latim, hoje encontra-se de maneira demasiada e frequente nos usos da língua, e reestabelecendo suas funções e papéis nas estruturas a que se inserem.

5. Considerações finais

Como foi mostrado ao longo deste texto, resultados de natureza empírica, com base no português escrito, num texto emblemático do Realismo Brasileiro, de Machado de Assis, revelam a gradativa expansão dos clíticos dativos de 3ª pessoa e no aumento de sua frequência. Além disso, o uso da preposição *para* em detrimento da preposição *aco* ocorrem.

A partir dos dados coletados e das teorias utilizadas, o argumento dativo é interpretado como recipiente/Alvo/beneficiário e em algumas estruturas como Tema. Ora, esses resultados contrastam fortemente com o que vimos nas sentenças com as funções oblíquas, dentre elas algumas vigoraram como Tema e outras como Locativo.

Com isso, acreditamos que o quadro teórico assumido nos permite uma abordagem dos rumos distintos que essas variedades do dativo no português brasileiro tomaram neste aspecto de sua gramática.

Particularmente, as hipóteses e as suposições discutidas parecem nos indicar que a reanálise relevante que se manifesta no português brasileiro é abrangência dessa categoria - dativo - e uma possível distinção

entresas propriedades gramaticais referentes a ela. E isso só será possível com o auxílio da Ciência Linguística que norteará as pesquisas com o auxílio de suas teorias que irão subsidiá-las. Ou seja, perde-se a possibilidade de categorizar uma função gramatical - como apenas OI -, mas se ganha a oportunidade de realizar pesquisas com uma língua viva e dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª. Ed. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2009.

CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 26. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2. Ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. Ed. , 2º reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Tradução: Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GARCIA, Janete Melasso. *Introdução à teoria e prática do latim*. 3. ed. Ver. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. Ed. – Rio de Janeiro: José Olympo, 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alii (2003) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.